

Patrimônio cultural do bairro do Desterro: laços afetivos e comunitários no habitar o Centro Histórico de São Luís /MA

PROBLEMÁTICA (objeto, problema de pesquisa e objetivos)

Revivendo sempre
A velha certeza
De que sem pessoas
Não existe patrimônio,
Que dirá humanidade!

Joãozinho Ribeiro Filho (2006, p.76)

No Brasil, existe uma infinidade de bens culturais que podem ser considerados patrimônio, dos mais diversos tipos e categorias, porém, nem sempre aquilo que é eleito patrimônio pelos órgãos oficiais condiz com o que a comunidade local atribui sentido de patrimônio e constrói vínculos afetivos. Disso, a necessidade da realização de estudos, como no caso do inventário participativo, que busquem identificar e reconhecer a gestão do que dada identidade territorial considera patrimônio (Scifoni, 2022; Florêncio, 2025).

O inventário participativo do Núcleo São Luís, por sua vez, tem como **objeto de pesquisa** o bairro do Desterro, um dos onze bairros que compõem o Centro Histórico de São Luís (CHSL), Maranhão, rico em patrimônio cultural; um território que aglutina muito da história colonial da cidade, que abrigou e abriga muitos “desterrados” (migrantes), trabalhadores, artistas e manifestações culturais e religiosas; um bairro que, apesar de evidentes vulnerabilidades sociais, conforma no habitar um lugar onde as pessoas, não raro, dispõem-se sensivelmente enlaçadas por uma eminente força coletiva.

Assim, a delimitação do território inventariado no presente estudo assumiu referências culturais diversas, de onde emergiram as discussões de patrimônio associadas às questões do habitar o CHSL. Neste contexto, temos consciência que atribuição de significados, valores e usos sociais são mecanismos que privilegiam as relações afetivas no cotidiano, tanto a partir da memória dos interlocutores do Desterro, quanto do próprio bairro como lugar adensado de memórias múltiplas.

A memória, enquanto “caráter daquilo que declaramos nos lembrar” (Ricoeur, 2007, p.40) carrega disputas, antagonismos sociais e violências que dizem da relação com o tempo, com o lugar e com os outros. Dessa maneira, recordar também funciona como reconhecer, quando identidade e alteridade se associam entre planos individuais e coletivos, impondo à discussão sobre memória conflitos e uma multiplicidade de perspectivas.

Compreender os laços afetivos desse reconhecimento que se dá na rememoração dos habitantes do Desterro implica em considerar esse “patrimônio vivo” que adquire sentidos e usos diversos (IPHAN, 2016).

No que diz respeito à **problemática** que justifica a realização deste inventário, cabe destacar três conjuntos de argumentos, acompanhados da definição dos seus objetivos, explicitados a seguir.

1.1 O que é histórico no Centro Histórico? Histórias no/do Desterro

O Centro Histórico de São Luís, formado por uma área de ocupação urbana fundacional a partir do século XVII, em expansão até a segunda metade do século XIX, possui aproximadamente 220 hectares, onde habita pouco mais de 40 mil pessoas (IBGE, 2000), distribuídas em 11 bairros: Centro, Desterro, Madre Deus, Goiabal, Lira, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante, Camboa e Apicum (Espírito Santo, 2006).

Apesar de o CHSL ter grande parte de sua área sob tombamento estadual e federal, tendo sido, inclusive, reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO (1984), o bairro do Desterro apresenta uma dinâmica particular, com demandas e lógicas específicas.

O Desterro trata-se de um dos bairros de ocupação populacional mais antigos de São Luís, estando próximo do núcleo comercial e turístico mais acentuado da cidade - a Praia Grande - e que, de modo peculiar, acende um impressionante senso de comunidade. O ritmo *tranquilo* de viver, em que moradores, trabalhadores e frequentadores se conhecem pelo nome, transitando a pé por suas ruas e becos históricos, complementa-se com a agitada cena cultural de um bairro que consegue atrair um contingente significativo de adeptos (inclusive de outros bairros) para participar de suas atividades culturais. Por isso tudo, o bairro encanta pela vivacidade de seu patrimônio cultural material e imaterial.

Por outro lado, o Desterro se caracteriza por possuir uma população de baixa renda e, embora seja um assentamento ordenado com traçado e edificações coloniais, apresenta algumas vulnerabilidades, a exemplo da precariedade habitacional que perdura há séculos: muitas das construções estão em estado crítico de degradação e outras em ruínas; existem muitos pedintes transitando no Desterro, bem como pessoas em situação de rua e usuários de entorpecentes; parte do bairro acumula lixo e animais soltos pelas ruas.

De acordo com alguns moradores e pesquisas acadêmicas e governamentais, o bairro é, ainda, estigmatizado socialmente, sobretudo pelo fato da sua vinculação com o período áureo de prostituição, num processo de ocupação de parte das ruas entre as décadas de 1930 a 1980. Todavia, percebemos que essa leitura estigmatizada de o bairro ser considerado uma área perigosa, violenta e de algazarra já se apresentava desde sua fundação, no século XVII. Nos jornais deste período, a

população que ali morava era apresentada mormente como negra, empobrecida e trabalhadora de atividades portuárias e de pequenos comércios (Jesus, 2015), daí o estigma social carregar questões de classe e raça (Anchieta e Pflueger, 2022) que distorceram a identidade sociocultural do Desterro.

Posteriormente, já no século XX, com o rápido e curto atrativo fabril, a presença de migrantes empobrecidos (São Luís, 2005) advindos de municípios que formam a região da Baixada Maranhense e de estados vizinhos, como Ceará e Pará, foi notável no Desterro – bairro mais receptivo a esse perfil populacional e bem localizado para quem precisava começar a vida e vinha sem nada, como relataram vários dos moradores filhos e netos de migrantes que estão na terceira geração no Desterro.

Neste processo, as ocupações de casarões abandonados por pessoas “de fora”, como mencionam moradores mais antigos, revela uma distinção social entre os próprios habitantes do Desterro (Chaves e Silva, 2015). Ferreira (2008) complementa ao trazer a noção de uma região “interdita” do Desterro, caracterizada também pela marginalidade, prostituição e práticas ilícitas, como o tráfico e usos de drogas que perduram em certa parte do bairro.

Apesar do peso desse estigma social, é preciso destacar que o Desterro é um bairro do Centro Histórico que se distingue por ser singularmente habitado, de muitas formas, por muitas pessoas e instituições, adensando muitas temporalidades e políticas, ou até mesmo a falta delas.

Notadamente, vários dos casarões restaurados por projetos concentrados a partir da década de 1990, mirando a revitalização do CHSL, tornaram-se secretarias municipais e estaduais, museus, centros culturais e passaram a abrigar diversas atividades - algumas através de parcerias público-privada, a exemplo do projeto “Adote um Casarão”.

A saber, ao norte do bairro do Desterro se concentra muitos comércios gráficos, resquícios de quando os mais importantes jornais da cidade se situavam na área entre o Desterro e a Praia Grande, e ao sul se concentra diversos comércios associados ao antigo Portinho, como fábricas de gelo, sorveterias artesanais, peixarias e pequenos comércios de artefatos para a pesca.

A dinâmica espacial descrita acima conforma ao Desterro uma plasticidade que, longe de ser um bairro homogêneo, congrega um movimento expressivo de funções e práticas, inclusive de trabalhadores que o habitam e que, ainda que não residam ali, conhecem suas histórias e guardam memórias de suas transformações.

Neste sentido, a primeira problemática do inventário se relaciona à possibilidade de rediscussão do que é histórico ali, e como a narrativa histórica unilateral das elites acaba por diminuir, apagar, ou, mesmo, esvaziar os significados do processo histórico travado entre realidades

distintas. Assim, o primeiro **objetivo** do inventário é produzir conhecimento e contribuir para o avanço das políticas que considerem o histórico do Desterro de modo mais alargado, sobretudo, compreendendo os perfis distintos dos habitantes que continuam empenhados em construir melhores condições de vida.

1.2. Habitar o Desterro, organização coletiva e o senso de comunidade

Na pesquisa, foi comum ouvirmos “eu sou do Desterro”, mesmo de pessoas residentes de outros bairros há muitos anos e de trabalhadores que se deslocam há décadas para cumprir suas funções laborais ali. Por isso, consideramos “habitante” aquele sujeito que mora, frequenta rotineiramente as atividades culturais e religiosas, trabalha e/ou mantém relações afetivas com o Desterro, fazendo do bairro o seu lugar.

Lugar, categoria geográfica de apreensão espacial que considera os laços afetivos, “não possui uma escala definida, nem uma temporalidade a priori dada. O tempo é vivido como memória, e por isso memória e identidade adensam o lugar. A memória é a experiência vivida que o significa, definindo-o enquanto tal” (Marandola Jr., 2012, p.229).

O Desterro, historicamente habitado por trabalhadores negros do porto e por migrantes empobrecidos, como esclarecido acima, carece de oportunidades socioeconômicas mais equitativas. Desde as primeiras décadas do século passado, surgiram organizações de militância dos moradores reivindicando direito à moradia, saúde, educação e renda dignas, trabalho que é quase sempre feito no contexto do CHSL.

A militância, por sua vez, tem poder de (re)contar narrativas históricas dominantes sob uma perspectiva endógena, pluricultural e politicamente ativa - o que influencia, de sobremaneira, a forma como a sociedade percebe e valoriza suas referências culturais. Um dos exemplos no Desterro é a denominação de “zona do baixo meretrício” atribuída à área instituída oficialmente pelo interventor Paulo Martins de Souza Ramos, no ano de 1940, em uma área onde já havia prostituição, mas que fora intensificada desde então com a grande concentração de bordeis e cabarés nas edificações coloniais. “Não tinha nada de baixo aqui. Tudo era para cima. As pessoas eram felizes”, afirma Maria de Jesus Almeida Costa, puta-mulher-ativista, como ela se denomina. Outros ainda contam da dinâmica vivida no bairro no qual o espaço da zona era respeitado e reconhecia-se a atratividade econômica e a boemia-artística que fomentavam a prostituição. Assim sendo, a expressão “baixo meretrício”, tão propagada em documentos históricos e pesquisas acadêmicas, não condiz com o que os moradores reconhecem como constituinte de uma identidade rememorada ainda hoje. Logo, a identidade que a prostituição traz ao Desterro não é compartilhada da mesma forma por todos os seus

habitantes que viveram entre as décadas áureas dessa atividade, todavia, desviar dessa temática é continuar com o pudor elitista que apaga existências e suas estratégias de ser e de agir no mundo.

O Desterro, à sua maneira, mostra que antes da noção de patrimônio - pela ótica do processo legal de patrimonialização que surte efeitos em intervenções no bairro, como obras e projetos -, o mundo vivido cotidianamente é tensionado a partir do processo histórico de ocupação e organização comunitária de uma população empobrecida que, por laços afetivos de solidariedade e enfrentamento, compreende as suas referências culturais também como modo de combater a desigualdade.

Para Smith (2021, p. 14), o “patrimônio como uma negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória” traduz um posicionamento negociado entre diversos agentes, cenário em que muitas pessoas nem sequer são escutadas. Na contramão disso é que este dossiê destaca as referências culturais que traduzem sentidos e fortalecem o senso de comunidade e afirmam laços afetivos no bairro, principalmente através de tradicionais manifestações maranhenses, das artes, da organização intracomunitária de ações culturais e da militância no bojo da afirmação do direito à moradia, saúde, trabalho e renda (Souza, Silva e Marques, 2024).

As memórias do Desterro registradas nesse dossiê levam ao “patrimônio humano” (Ribeiro, 2008), de pessoas que há gerações se ajudam e se organizam para lidar com uma realidade estrutural socioeconômica precária, excludente e estigmatizada. Durante a pesquisa foi marcante o senso de comunidade diante das adversidades, sendo este, na nossa ótica, o fundamento que sustenta, cotidianamente, o patrimônio cultural do bairro. Assim, uma pessoa, um bar ou uma pequena praça sem atratividade aparente pode ter uma carga simbólica expressiva que nenhum casarão histórico tenha. Isso a comunidade do Desterro nos ensinou muito bem.

A comunidade, enquanto categoria de análise, vem sendo revisitada diante das transformações aceleradas no sistema-mundo moderno. Especialmente quando convoca à participação social em lutas coletivizadas que comportam as individualidades e os dissensos em torno de uma mobilização comum, o senso de comunidade desponta como um movimento que congrega o simbólico e o político.

O senso de comunidade reforça um habitar integrado em que as lutas coletivizadas levam à participação social. Habitar afetivamente casas, casarões, museus, igrejas, bares, ruas, becos, águas e portos implica em fazer da terra uma matéria com sentido (Claval, 2010). Nisso, o habitar compõe-se também do imaginário e da lembrança daquilo/daqueles que não são mais totalmente visíveis nas paisagens transformadas. Ademais, os afetos que mobilizam um grupo a se portar como uma comunidade produzem uma força de coesão que aglutina sentimentos de pertença e

cumplicidade, apoiados em experiências de solidariedade transmitidos entre gerações (Costa e Maciel, 2009; Costa e Castro, 2015).

Claire Damery (2008), em *“Espace public, patrimoine et milieu affectif: Exemples du Marais d’Orx et du Domaine d’Abbadia”*, abordou o “patrimônio afetivo”, o que nos leva a pensar que esse modo de compreender o patrimônio abraça dimensões e temporalidades distintas que convergem/divergem de acordo com as experiências pessoais e coletivas. Produtor de significados quando conduzido às esferas do social e do cultural, o “patrimônio afetivo”, tanto no sentido individual quanto no coletivo, é tramado por meio da dimensão existencial dos encontros e expressa sentidos múltiplos que dificilmente são considerados pelos órgãos oficiais gestores do patrimônio.

Apesar de mencionar o “patrimônio humano” e “patrimônio afetivo”, não é interesse deste dossiê fragmentar a concepção de patrimônio, já tão pulverizada. Mas, tão somente, problematizar outras miradas que desestabilizam as verdades já estabelecidas quanto às políticas de patrimonialização, ainda tão dicotomizadas entre materialidades e imaterialidades, bens oficiais e não-oficiais.

Estando o Desterro em uma área tombada com tamanha proeminência histórica, voltar ao seu cotidiano e às lógicas intracomunitárias exige priorizar o habitar como modo afetivo de existir no mundo, em que identidade e memória são entramadas na cotidianidade. “Hábito, habitualidade expressam bem essa noção de constância, continuidade. Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento” (Meneses, 2009, p.27) que dá base à valoração das referências culturais.

No Desterro, habitam moradores do bairro, moradores de outros bairros, trabalhadores em diversas funções, pessoas em situação de rua, instituições governamentais e a esperança de um mundo socialmente mais justo. Habitam também pesquisas, como esta.

Neste quadro, o segundo **objetivo** do inventário participativo é fortalecer os modos de habitar o Desterro enquanto lugar que movimenta laços afetivos de coesão e solidariedade comunitária, com a organização e reelaboração de saberes e práticas culturais intergeracionais.

1.3. Formação e inspiração artística

A riqueza e a diversidade cultural do Desterro se destacam na formação do CHSL, com registros dessa efervescência desde o século XVII, na parte da “cidade negra de São Luís”. “Os territórios marcados simbolicamente como de ‘pretos’, da ‘arraia miúda’, de ‘negrinhas’, ‘ninfas de cortiço’, de ‘pés-frescos’, da ‘rapaziada de cor’, e outras metonímias para designar o povo” (Jesus, 2015, p.50), ilustram as notas constantes nos jornais da época.

Contudo, se hoje algumas dessas manifestações culturais são reconhecidas e, inclusive, registradas como patrimônio cultural imaterial, a exemplo do tambor de crioula e o bumba meu boi - em grande parte apropriadas pela promoção turística atualmente -, isso ocorreu por meio da persistência histórica da organização popular que levou adiante essas culturas/divertimentos/brincadeiras consideradas importantes na identidade e memória de seu grupo social. Lutou-se muito contra as proibições do Estado, com os quais colaboraram a difamação da igreja e da imprensa e a repreensão física da polícia, que limitavam *o quê, por quem e onde* a cultura poderia se manifestar, o que era socialmente aceito por cultura e como as diversas camadas da população deveriam reagir.

No recorte espacial considerado, outras manifestações populares negras, como o próprio carnaval, junto com as diversas celebrações religiosas, já registradas desde o século XVIII, se somam com artes expressas em romances, poesias, músicas, pinturas, artesanatos e em outros suportes sobre e a partir do Desterro. Muitas destas, enquanto práticas de resistência e agregação social diante das vulnerabilidades que assolam as populações empobrecidas, brincavam como que a lutar por reconhecimento, daí significando a continuidade da vida.

Deste modo, as manifestações da cultura popular são também instrumentos de militância política - como descrito no tópico anterior quanto ao habitar e o senso de comunidade no Desterro. (En)Cantando, dançando e produzindo a partir de sua realidade social, brincantes, artistas e adeptos dessas manifestações se juntam e fazem do Desterro um bairro pulsante: “Aqui era um celeiro cultural”, relembra Jovenilo Geraldo Portela, morador com 84 anos, já na terceira geração da família brincante de carnaval, e Joãozinho Ribeiro, multiartista, com 70 anos, que devota ao Desterro suas memórias de infância e juvenis no que tange a uma formação cultural e militante, ambos escutados por nós em entrevista.

Os diversos ateliês, artistas visuais, artesãos, compositores, intérpretes e músicos que conseguem financeiramente viver da arte são sempre mencionados com orgulho. É um incentivo importantíssimo em um bairro com fragilidades expostas nos “cantos” - como, popularmente, chamam as esquinas que logo cedo apresentam o uso e tráfico de drogas às crianças e jovens. Funcionando como espécies de antídotos para os problemas sociais, projetos como a Escola de Música Bom Menino e a Fábrica de Artes, a Escola Flor do Samba e o Boi Lendas e Magias são considerados os reais patrimônios pelos habitantes do Desterro - referências culturais significativas que desejam manter para usufruto das atuais e próximas gerações.

Reconhecer o Desterro como celeiro cultural pode apresentar três vias de avanços: (i) diminuir o estigma histórico social; (ii) identificar a organização intracomunitária capaz de fomentar a diversidade expressa em artes coletivas e individuais; (iii) apontar a necessidade de políticas

públicas que oportunizem perspectivas aos projetos e mais experiências aos artistas do/no Desterro.

As memórias compartilhadas quanto à riqueza cultural do Desterro em termos de formação e inspiração artística afirmam o par dialético identidade e alteridade que comunicam a exigência de reconhecimento mútuo (Ricoeur, 2006), ou seja, um reconhecimento interno dos habitantes do bairro e um reconhecimento externo por parte da sociedade, que possa envolver políticas públicas que atendam tamanha qualificação e, ao mesmo tempo, demanda do território um trabalho de reconhecimento enquanto celeiro cultural.

Nunca é demais lembrar que, o bairro, em sendo capaz de fazer, de se responsabilizar e de contar e de se contar (Ricoeur, 2007), saberá que a memória tanto nos impede de ficar amnésicos, como nos liberta da opressão de um passado irreversível.

Trabalhar com as artes enquanto fonte e inspiração de memórias, que cantam, dançam, tocam, bordam, pintam e festejam o Desterro, compreende (re)criar paisagens diversamente percebidas e imaginadas. Assim, destacar a formação artística do/no bairro, sobretudo as organizações da comunidade expressas no carnaval, no bumba boi, no tambor de crioula e na formação musical proporcionada, tem a ver com abordar a memória como “consciência reflexiva de si mesmo implicada num processo que, num mesmo movimento, não esquece o passado, mas recusa ficar dele cativo” (Ricoeur, 2006, p. 105).

Notadamente, o **terceiro objetivo** do inventário é enfatizar o Desterro como um bairro que, historicamente, contribui com a cultura maranhense quanto à formação e inspiração artística, valendo-se, sobretudo, de sua resistência e memória enquanto dimensão poética e política.

